
MINUPAR

CNPJ 90.076.886/0001-40
NIRE 43300031161
Companhia Aberta – Código CVM 13.765
Código de negociação na B3: MNPR3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2026

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
14 DE ABRIL DE 2026

Lajeado (RS), 14 de março de 2026.

Prezados Acionistas,

Os Administradores da Minupar Participações S.A. (“Minupar” ou “Companhia”) submetem à apreciação de seus Acionistas, a presente proposta da administração acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

O Edital de Convocação para esta Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) foi divulgado nesta mesma data, contendo os seguintes assuntos na ordem do dia:

- a. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2025;
- b. Proposta de destinação de resultados;
- c. Deliberar a quantidade de membros do Conselho de Administração da Companhia e realizar a eleição dos conselheiros;
- d. Fixar a remuneração global dos Administradores para o ano de 2026; e
- e. Deliberar a instalação do Conselho Fiscal, com a respectiva eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, se for o caso.

A seguir, estão apresentadas as propostas da Administração para os assuntos inseridos na Ordem do Dia e as demais informações necessárias para análise das matérias pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Ao final do presente documento, constam os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2025, nos termos do item 02 do Formulário de Referência (Anexo C da Instrução CVM nº 80/2022), bem como, as demais informações necessárias para deliberar sobre os temas incluídos na ordem do dia.

Informações adicionais podem ser solicitadas pelos canais oficiais da Companhia e no seu site: <https://www.minupar.com.br/contato>.

Cordialmente,

Administração da Minupar Participações S.A.

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2025	5
(B) Proposta para destinação do resultado do exercício de 2025.....	6
(C) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração	7
(D) Proposta para a remuneração global dos Administradores para o ano de 2026	9
(E) Proposta para eleição e remuneração dos Conselheiros Fiscais, se instalado	10
ESCLARECIMENTOS FINAIS	11
Anexo I – Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência	12
Anexo II – Informações do Anexo A da resolução CVM nº 81	28
Anexo III – Currículos dos candidatos (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência) ...	37
Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	37
Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	40
Anexo IV – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência	43

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Minupar Participações S.A., vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária de 2026:

(A) Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2025;

(B) Aprovar a proposta da administração de destinação do resultado do exercício social de 2025;

(C) Aprovar a eleição de 04 membros para compor o Conselho de Administração, mediante aprovação da chapa geral. Ou, sendo requerida a eleição em separado ou a adoção de voto múltiplo, aprovar a inclusão de mais 01 membro ao Conselho de Administração, para que seja composto por 05 membros no total.

(D) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$ 1.700.000,00 para o ano de 2026, a ser individualizada pelo Conselho de Administração;

(E) Caso seja instalado o Conselho Fiscal, aprovação a eleição de 03 membros para compor o referido Conselho e aprovar a remuneração individual dos seus membros para o ano de 2026, em parcelas mensais de R\$ 7.500,00, sendo paga uma parcela extra no mês de dezembro.

Cumprindo o artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81 de 2022, conforme alterada, as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento, contendo o comentário dos Diretores sobre o exercício social de 2025.

Em atendimento ao artigo 10, inciso II, e ao Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada, as informações detalhadas, o embasamento legal e as memórias de cálculo acerca da proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontram-se apresentados no [Anexo II](#) do presente documento, garantindo total transparência ao mercado sobre a política de alocação de capital da Companhia.

As propostas da Administração e as informações detalhadas sobre as matérias da ordem do dia estão detalhadas a seguir.

(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2025

A Administração da Companhia apresentou nesta data, as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2025, bem como, o Relatório da Administração, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, por meio da divulgação no site da Companhia e arquivamento perante a CVM e B3.

Os auditores independentes examinaram as referidas demonstrações financeiras e emitiram opinião de que elas estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, sem ressalvas.

O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 1032-4, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 12.03.2026, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos retro mencionados, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Na mesma data, com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Seguindo as disposições específicas, tais documentos foram devidamente disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3) e na página da Companhia na internet. Além disso, as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento, contendo o comentário dos Diretores sobre o exercício social de 2025.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), conforme alterada, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram disponibilizados nesta data na sua sede social, localizada na Avenida Senador Alberto

Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, em Lajeado, RS, bem como, serão também publicados no Jornal A Hora no dia 21 de março de 2026, de forma resumida na edição física e na íntegra na página da internet (<https://grupoahora.net.br/publicidade-legal/>).

Por fim, partindo da premissa de que as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2025 estão devidamente apresentadas, tendo sido aprovadas pela Administração, com parecer favorável do Conselho Fiscal, assim como auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, a Administração considera que os números e informações constantes em tais documentos estão corretos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2025.

Portanto, a Administração **propõe à Assembleia a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025**, que inclui o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos, nos exatos termos publicados.

(B) Proposta para destinação do resultado do exercício de 2025

A destinação do resultado do exercício de 2025 segue as diretrizes do nosso estatuto social e da política de destinação de resultados (aprovada em 29 de dezembro de 2025). Conforme essas regras, o lucro líquido deve ser utilizado primeiramente para absorver prejuízos acumulados e constituir a reserva legal. Em seguida, permite-se o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, a formação da reserva de contingências e a destinação do saldo restante para investimentos e capital de giro.

Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação para o lucro líquido de R\$ 510.624.143,46 apurado em 2025, nos termos em que detalhados no Anexo II desta Proposta:

R\$ 471.777.407,96 para absorver integralmente os prejuízos acumulados;

R\$ 1.942.336,78 para compor a reserva legal (equivalente a 5% do lucro ajustado após a compensação);

R\$ 9.226.099,68 para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, o que corresponde a R\$ 0,12994 por ação;

R\$ 24.910.469,14 para a formação de reserva de contingências (artigo 195 da Lei das S.A.), com o objetivo de proteger financeiramente a Companhia de perdas

relacionadas a possíveis eventos climáticos extremos que afetem nossas instalações industriais; e

R\$ 2.767.829,90 será destinado para a reserva estatutária de investimento e capital de giro, apoiando a modernização da nossa planta industrial.

(C) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração

Inicialmente, cumpre esclarecer que poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração, pessoas naturais e residentes neste país. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Importa destacar a alteração do prazo de mandato deliberada por Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025, quando os mandatos da administração foram aumentados para 03 (três) anos, a fim de adequar a Companhia às práticas de mercado e a estrutura atual da Companhia.

Os cargos de Presidente e de Vice-presidente serão definidos por eleição entre os próprios membros do Conselho de Administração, observando-se os termos do artigo 19, parágrafo único, do Estatuto Social, a ser realizada na primeira Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia.

Sobre a composição do Conselho de Administração, **propõe-se a eleição de 04 (quatro) membros para compor o Conselho de Administração, mediante aprovação da chapa geral.** Contudo, **sendo requerida a eleição em separado ou a adoção de voto múltiplo, propõem-se** a inclusão de mais 01 (membro) ao Conselho de Administração, a ser indicado pelos minoritários nos termos do art. 141, § 4º da Lei das S.A., de modo que o Conselho de Administração **seja composto por 05 (cinco) membros no total, sendo 04 (membros) indicados a eleição geral e 01 (um) membro indicado a eleição em separado.**

A fim de cumprir os requisitos legais é necessário que seja eleito pelo menos **01 (um) membro independente** para o Conselho de Administração, conforme disposto no art. 140, § 2º, da Lei das S.A. e observando os requisitos do Anexo K da Resolução CVM nº 80. Destaca-se que, nos termos da norma citada, também poderá ser considerado

independente o candidato eleito por eleição em separado requerida por acionistas minoritários ou aquele que cumprir os requisitos da referida norma.

Além disso, propõe-se que sejam eleitas **02 (duas) mulheres**, no mínimo, para comporem o Conselho de Administração, de modo que a composição da administração esteja em linha com as medidas ASG dispostas no Regulamento de Emissores da B3 e possibilite a manutenção do Selo WOB pela Companhia.

A solicitação de votação em separado ou adoção de voto múltiplo poderá ser efetuada por meio do Boletim de Voto à Distância, observados os requisitos legais e os procedimentos descritos no Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2026.

Eventuais informações sobre requerimentos e indicações de acionistas minoritários, inclusive quanto à indicação de candidatos, serão divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas, cumprindo o disposto no art. 37º da Resolução CVM nº 81 e no Ofício Circular Anual, para garantir a esses candidatos a mesma transparência e divulgação.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração:

A Administração da Companhia recebeu a solicitação formal da Sra. **Livia Toshie Suguita Chao**, como representante do grupo controlador, de autocandidatura e inclusão de outras 02 (duas) candidatas para comporem a chapa que concorre aos cargos de membro do Conselho de Administração, a Sra. Carina Suguita Chao e a Sra. Gabriela Lerner Costa.

Do mesmo modo, o Sr. **Francisco Asclépio Barroso Aguiar**, na qualidade de acionista minoritário e membro do Conselho de Administração da Companhia, encaminhou sua solicitação de inclusão do próprio nome na chapa como candidato ao Conselho de Administração. Assim como no ano anterior, o candidato declarou cumprir os requisitos de independência.

Diante das solicitações, apresenta-se a seguinte chapa geral para eleição do Conselho de Administração:

- (i) **Sra. Livia Toshie Suguita Chao;**
- (ii) **Sra. Carina Suguita Chao;**
- (iii) **Sra. Gabriela Lerner Costa; e**
- (iv) **Sr. Francisco Asclépio Barroso Aguiar.**

A fim de cumprir as obrigações legais, o Conselho de Administração avaliou os critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários e considerou que o candidato **Francisco Asclépio Barroso Aguiar** cumpre os requisitos de independência, nos termos do Anexo K, da Resolução CVM nº 80 de 2022, conforme alterada.

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81 de 2022, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no **Anexo III** do presente documento.

A administração destaca que a formação desta chapa reflete o compromisso prático da companhia com a diversidade de gênero e com a pauta ASG (Ambiental, Social e Governança), resultando em um conselho de administração majoritariamente feminino, patamar que supera significativamente as médias do mercado de capitais brasileiro.

(D) Proposta para a remuneração global dos Administradores para o ano de 2026

Cabe a Assembleia Geral Ordinária fixar a remuneração global dos administradores, de acordo com a determinação da Lei das S.A. e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabendo ao Conselho de Administração proceder à individualização da remuneração dos Administradores dentro dos limites estabelecidos na Assembleia, nos termos do art. 22, “h”, do Estatuto Social.

Deste modo, submete-se à Assembleia Geral Ordinária a **proposta de fixar o montante de até R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) de remuneração global dos membros da Administração para o ano de 2026**, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

O aumento do limite global tem o objetivo de adequar os valores pagos pela Companhia às práticas atuais do mercado, após um longo período mantendo as remunerações congeladas ou reduzidas. Esta revisão reflete o novo momento financeiro positivo da Minupar, marcado pela reversão do patrimônio líquido a descoberto e pelo início de um forte ciclo de investimentos na infraestrutura da controlada Minuano. A atualização dos valores é essencial para reconhecer o esforço da gestão durante o rigoroso processo de reestruturação financeira e garantir a atração e retenção de profissionais qualificados para seguir desenvolvendo o negócio.

As informações referentes ao item 08 do Formulário de Referência estão inseridas no **Anexo IV** do presente documento.

Esclarecemos que, em linha com o entendimento firmado pelo colegiado da CVM, o montante global proposto de R\$ 1.700.000,00 contempla apenas a remuneração direta e os benefícios, não englobando os encargos sociais de responsabilidade exclusiva da Companhia.

(E) Proposta para eleição e remuneração dos Conselheiros Fiscais, se instalado

O Estatuto Social da Companhia prevê o funcionamento de Conselho Fiscal apenas nos exercícios sociais em que sua instalação será requerida por acionistas. A instalação do Conselho Fiscal se dará mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, 4% (quatro por cento) de ações com direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70 de 2022.

Se requerida a instalação do Conselho Fiscal, poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Conforme o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, com mandato de 01 (um) ano.

Caso seja instalado o Conselho Fiscal, **a Administração da Companhia propõe que sejam eleitos 03 (três) membros para compor o órgão neste mandato.**

Havendo requerimento para instalação do Conselho Fiscal ou a solicitação de acionistas para inclusão de candidatos ao órgão, a presente proposta será reapresentada com a indicação de candidatos pela Administração. Cabe ressaltar que o Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2026 apresenta informações detalhadas sobre a solicitação de instalação do Conselho Fiscal, a qual poderá ser feita por meio de Boletim de Voto à Distância.

Ressaltamos que, por se tratar de órgão de funcionamento não permanente, a efetiva instalação do conselho fiscal neste exercício dependerá de requerimento formal de acionistas na própria assembleia, desde que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias, conforme exige a legislação societária.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração:

O Controlador da Companhia apresenta os seguintes candidatos para os cargos de Conselheiros Fiscais:

(i) **Sr. Paulo Ricardo Pinto Alaniz;**

Suplente: **Sr. Gilmar Pretto;**

(ii) **Sr. Marcelo Ficheira Lourenzi;**

Suplente: **Sra. Viviane Barcelos Cangussu Machado;**

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81 de 2022, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no Anexo III do presente documento.

Sendo eleitos os membros, submete-se à Assembleia Geral Ordinária a **proposta de fixar a remuneração individual dos seus membros para o ano de 2026, em parcelas mensais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo paga uma parcela extra no mês de dezembro como forma de remunerar o trabalho realizado ao longo do ano.**

ESCLARECIMENTOS FINAIS

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 2022, os documentos necessários para participação em Assembleia foram disponibilizados através da divulgação do Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2026 nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minupar.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

14 de março de 2026.

Administração da Minupar Participações S.A.

Anexo I – Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência

Em razão dos assuntos incluídos na ordem do dia da Assembleia, a Companhia apresenta os comentários dos diretores referentes ao exercício de 2025 de forma compilada, para facilitar a compreensão do leitor acerca da situação da Companhia e suas controladas, especialmente, sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício social de 2025 representa um ponto de inflexão na trajetória da Companhia, caracterizado pela superação do risco de continuidade operacional e pela reversão estrutural de suas condições financeiras e patrimoniais. Essa profunda transformação está fundamentada principalmente na regularização definitiva de seu passivo tributário e na reversão do patrimônio líquido negativo.

A regularização da situação tributária era tratada como prioridade pela administração, representando a principal trava financeira da empresa. Em 28 de abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, celebrou termo de transação tributária individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, contemplando a regularização integral dos débitos tributários inscritos em dívida ativa. Esta operação resultou em uma redução significativa do passivo fiscal, impactando positivamente a estrutura de capital e a capacidade de acesso a novas linhas de crédito.

Após a aplicação dos descontos legais e a compensação com créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o valor consolidado da transação é de R\$ 78.031. O pagamento deste montante será realizado em até 60 meses para débitos previdenciários, e 120 meses para os demais tributos, ambos atualizados pela taxa Selic, sendo os primeiros 36 meses com parcelas reduzidas, conforme os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS), aliviando de imediato a pressão sobre o fluxo de caixa. Os valores detalhados estão demonstrados abaixo:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Principal	93.333	62.351	155.684
Multa	19.422	15.419	34.841
Juros	135.421	107.316	242.737
Encargos	46.483	37.003	83.486
	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
Saldo parcelado	32.107	45.925	78.031

Adicionalmente, embora a transação tenha sido firmada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, o termo homologou a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da controladora Minupar Participações S.A., no montante de R\$ 51.000, para amortização parcial da dívida da controlada.

O impacto contábil positivo, refletido a partir do Informe Trimestral (ITR) do 2º trimestre de 2025, que consolidou a reversão histórica do saldo de prejuízos acumulados (a descoberto), tornou o resultado do exercício social de 2025, o mais relevante das últimas décadas, firmando um patrimônio líquido positivo de R\$ 189.537

A partir deste marco histórico de reorganização financeira e regularização fiscal, a Controlada entrou em um novo cenário, que possibilita a retomada de projetos estruturais.

Para garantir a perenidade do fluxo de caixa operacional da Companhia, a Minuano firmou a renovação de seu principal contrato de prestação de serviços de industrialização com parceiro comercial do mesmo setor, por um prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de agosto de 2025. Neste momento a controlada assumiu o compromisso de realizar pesados investimentos estratégicos voltados à manutenção e modernização de sua infraestrutura, o que não havia sido priorizado nos últimos anos em razão das limitações impostas pelas dificuldades financeiras.

Os projetos envolvem um investimento próprio estimado em R\$ 74 milhões, com prazo rigoroso de execução de 29 meses. A meta técnica destas inovações é elevar a capacidade de abate diário das atuais 175 mil para 200 mil aves. Esse avanço promoverá ganhos de escala substanciais, uma vez que a automação e a eficiência pretendidas permitirão o incremento de produção sem a necessidade de aumento direto da mão de obra atual.

As ações visam aumentar eficiência, reduzir custos e fortalecer a competitividade, promovendo sustentabilidade e geração de valor aos acionistas por meio de infraestrutura, mitigação de riscos e valorização dos ativos.

Por outro lado, as enchentes ocorridas no Vale do Taquari nos últimos anos, principalmente em maio de 2024, representaram um dos maiores desafios recentes enfrentados pela Companhia, provocando paralisações temporárias e exigindo significativos esforços para a retomada das atividades.

O exercício de 2025 consolidou a recuperação da Companhia após as enchentes mencionadas, refletindo o comprometimento contínuo da Administração em fortalecer a resiliência organizacional, uma vez que os resultados evidenciam a capacidade de recuperação e adaptação, que resultaram na normalização plena das operações neste período. Entretanto, o acentuado risco de novas enchentes é motivo de reavaliação e planejamento constante da Administração.

A Administração permanece vigilante quanto aos riscos climáticos e de mercado, promovendo avaliações contínuas sobre investimentos em infraestrutura e alternativas de cobertura securitária mais abrangentes, com o propósito de reforçar a resiliência e assegurar a continuidade das operações.

Apesar disso, permanece a dificuldade na contratação de seguros patrimoniais, como vem sendo informado nos últimos anos. A política adotada pela Companhia anteriormente,

incluía a cobertura total das suas plantas operacionais por meio de seguros patrimoniais que garantissem a redução considerável de riscos com a perda de patrimônio.

No entanto, desde 2023 a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguros para as maiores unidades, tendo em vista que apesar dos esforços da administração, não havia oferta no mercado. O mesmo problema vem sendo enfrentado por diversas empresas na região. Cabe ressaltar que, ainda que houvesse ocorrido a contratação normalmente, não haveria cobertura para inundações, uma vez que o custo da contratação específica para enchentes/ciclones se tornou extremamente elevada após a ocorrência de 2020 na unidade da controlada, de modo que o custo do seguro não compensaria o valor da cobertura oferecida.

Neste sentido, existem dois fatores principais que dificultam a contratação de seguros: a ocorrência das diversas enchentes recentes, acarretando a falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura; e a falta de interesse das seguradoras em todos os estabelecimentos do ramo frigorífico e às fábricas de rações, que está relacionada com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Administração permanece atenta e em constante acompanhamento do assunto.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital de uma empresa representa a proporção entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros (dívidas e obrigações) usados para financiar suas operações. No exercício de 2025, a estrutura de capital da Companhia passou por uma transformação completa e positiva.

Até o final de 2024, a empresa apresentava uma estrutura totalmente desequilibrada. O patrimônio líquido consolidado era negativo (a descoberto) no valor de R\$ 312,1 milhões, o que significava que a Companhia era inteiramente sustentada por capital de terceiros. Esse capital de terceiros consistia principalmente em um grande passivo tributário atrasado que comprometia o caixa da empresa.

Com a celebração da transação tributária junto à PGFN em abril de 2025, essa realidade foi revertida. A renegociação reduziu drasticamente o valor total da dívida fiscal e alongou o pagamento do saldo restante em até 120 meses. Essa expressiva redução de dívidas gerou um forte ganho contábil, resultando em um lucro líquido consolidado de R\$ 516,1 milhões ao final do exercício.

Esse lucro foi suficiente para absorver todos os prejuízos acumulados do passado. Como resultado, a Companhia encerrou 2025 com o seu patrimônio líquido positivo consolidado em R\$ 189,7 milhões.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	189.736	(312.125)	(324.175)
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	244.323	687.129	651.452
Capital total (próprio + terceiros)	434.059	375.004	327.277
Parcela de capital de próprio	43,71%	-83,23%	-99,05%
Parcela de capital de terceiros	56,29%	183,23%	199,05%

Hoje, a Companhia possui uma estrutura de capital mais saudável e sustentável. O capital próprio voltou a ser a principal base de sustentação do negócio. Por outro lado, o capital de terceiros está sob controle, sendo composto basicamente pelo parcelamento tributário de longo prazo e pelas obrigações normais do dia a dia, sem a dependência de empréstimos bancários caros ou agressivos. Essa nova proporção traz segurança para a operação e libera a empresa para focar em seus investimentos produtivos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração atesta que a Companhia conta com recursos e geração de caixa suficientes para honrar todos os seus compromissos financeiros assumidos.

A capacidade de pagamento da Companhia está assegurada por dois pilares fundamentais:

1. Geração operacional de caixa: A controlada indireta Minuano demonstrou forte capacidade de geração de caixa próprio, entregando no exercício de 2025 um EBITDA Ajustado consolidado de R\$ 79,5 milhões (crescimento de 22%). A renovação por 10 anos do seu principal contrato de prestação de serviços garante a previsibilidade das receitas necessárias para sustentar a operação.

2. Adequação do passivo e liquidez: Conforme detalhado nos itens anteriores, o equacionamento do passivo tributário junto à PGFN alongou o perfil da dívida para o longo prazo (até 120 meses), compatibilizando os desembolsos mensais com a geração de caixa da empresa.

Atualmente, a Companhia gerencia seu risco de liquidez de forma conservadora, mantendo reservas financeiras mínimas — evidenciadas pelo saldo de caixa e equivalentes de R\$ 123,4 milhões ao final de 2025. Esse balanço equilibrado, somado à recuperação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN) que destravou o acesso a linhas de crédito convencionais, garante a plena liquidez estrutural para o cumprimento tempestivo de todas as obrigações. A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado pelas atividades operacionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A geração de recursos para financiamento do capital de giro e de investimentos no exercício de 2025 esteve amparada primordialmente pela geração orgânica de caixa da

própria operação. Essa sustentação estrutural baseia-se em dois pilares principais de negócios mantidos pela controlada indireta:

Prestação de serviços (industrialização): Atuando sob a modalidade de contrato de prestação de serviços para abate e processamento de aves, este segmento confere previsibilidade financeira, resiliência e a base do fluxo de caixa corrente da Companhia.

Operação própria (produção de embutidos): A industrialização e comercialização de produtos à base de carnes nos mercados interno e externo viabiliza a otimização dos resultados globais. Apesar de estar mais suscetível à pressão de custos e à dinâmica de consumo, sua gestão tática permite à Companhia alavancar ganhos e capturar margens adicionais de mercado.

No que tange ao uso de fontes de financiamento externas (capital de terceiros), o cenário passou por uma mudança considerável a partir da recuperação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN) e a reversão para um patrimônio líquido positivo, que reabriram as portas do sistema financeiro tradicional.

Contudo, os ativos operacionais da Companhia controlada foram utilizados como garantia da transação tributária, o que impacta em uma nova captação, uma vez que irá exigir uma forma diferente de garantia. Além disso, por não ter utilizado o mercado financeiro para captação por muitos anos, poderá encontrar alguma dificuldade na captação de novos recursos, caso seja necessário.

Portanto, por se tratar de um cenário recente, a administração adotou uma postura analítica e extremamente rigorosa e ainda está avaliando ativamente as opções do mercado. A empresa pretende utilizar linhas de crédito bancário para fomento de capital de giro ou investimentos quando estas se provarem vantajosas em termos de taxas e prazos, protegendo a rentabilidade conquistada e evitando o retorno de despesas financeiras prejudiciais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração não projeta a ocorrência de deficiências de liquidez estruturais em seu cenário atual, dadas a previsibilidade de receitas e a geração orgânica de caixa. No entanto, adotando uma postura conservadora frente a eventos imprevisíveis — em especial o risco climático atrelado a enchentes na região de sua planta —, a Companhia estabeleceu uma hierarquia de fontes de financiamento para cobrir eventuais descompassos de caixa:

Recursos próprios (Reserva de Contingência): Atuará como a primeira e principal linha de defesa. Conforme a política de destinação de resultados aprovada no final de 2025, os recursos retidos compõem uma reserva tática desenhada para funcionar como um "autoseguro". O objetivo é prover liquidez imediata para a reconstrução física ou logística da operação sem a necessidade de recorrer ao endividamento em momentos de crise.

Linhas de crédito bancário: Como fonte secundária e complementar, caso as deficiências emergenciais superem o montante das reservas próprias. Uma vez restabelecido o acesso ao sistema financeiro, a Companhia poderá acionar linhas de capital de giro, sempre balizada pela premissa de buscar as taxas mais vantajosas para recompor o fluxo operacional a curto prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O nível de endividamento da Companhia passou por uma reconfiguração completa em 2025. O perfil de dívida atual não é composto por alavancagem bancária, mas sim pelo equacionamento e alongamento de seu passivo fiscal. A Companhia encerrou o exercício sem empréstimos e financiamentos, evidenciando a ausência de dependência de crédito bancário oneroso.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possuía contratos de empréstimos bancários no final do exercício social de 2025.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável. A Companhia não possui emissão de debêntures, notas comerciais, *bonds*, fundos garantidores ou qualquer outra relação de crédito estruturado de longo prazo vigente com instituições do Sistema Financeiro Nacional ou entidades financeiras do exterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável. Tendo em vista a liquidação histórica de dívidas bancárias e a ausência de crédito corporativo privado, não restam em vigência contratos com cláusulas de subordinação de dívida.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Atualmente, inexistem *covenants* financeiros bancários ou contratuais privados que restrinjam a distribuição de dividendos, a contratação de novas dívidas operacionais, a emissão de novos valores mobiliários ou a alienação de controle societário. Pelo contrário, com a reversão do patrimônio líquido a descoberto, a Companhia restabeleceu a legalidade para a retomada do pagamento de dividendos obrigatórios.

As únicas restrições impostas à Companhia decorrem dos compromissos legais assumidos no Termo de Transação Tributária Individual firmado com a PGFN. Nos termos do acordo, a empresa está obrigada a manter as garantias arroladas e sofre restrições diretas quanto à movimentação de seu patrimônio, sendo vedada a alienação de bens ou direitos sem prévia comunicação à União.

Adicionalmente, caso a Companhia decida alienar ou onerar bens integrantes de seu ativo não circulante, deverá comprovar formalmente a ausência de prejuízo ao cumprimento do parcelamento. Qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial ou fraude às garantias

configura hipótese de rescisão imediata do acordo. Por fim, como contrapartida à utilização de prejuízos fiscais na negociação, a Companhia assumiu a restrição de obrigatoriamente permanecer no regime de tributação pelo Lucro Real até o cumprimento integral da transação.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme pontuado na letra "d" deste item, a Companhia optou por não tomar dívidas bancárias de forma imediata e segue avaliando as opções de mercado com rigor. Por esse motivo, a empresa encerrou o exercício de 2025 sem a existência de linhas ou limites de financiamentos bancários formalmente contratados e, conseqüentemente, sem percentuais utilizados a declarar.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As variações estruturais mais expressivas nas contas contábeis de 2025 são reflexos diretos da transação tributária firmada junto à PGFN, já detalhada nos itens anteriores. De forma objetiva, destacam-se três grandes alterações:

Passivo circulante e não circulante: Forte redução nas rubricas de obrigações tributárias e parcelamentos, resultante dos descontos legais e do uso de prejuízos fiscais para abater a dívida originária.

Demonstração do resultado do exercício (DRE): Absorção de expressivo ganho contábil não recorrente referente ao abatimento dos encargos e multas fiscais (registrado no resultado financeiro), o que impulsionou o lucro líquido do ano.

Patrimônio líquido: Reversão total do quadro de patrimônio a descoberto. O lucro apurado absorveu o saldo histórico de prejuízos acumulados, virando o patrimônio líquido para um patamar positivo.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 453,2 milhões no exercício de 2025, sendo sustentada de forma equilibrada pelos dois pilares de negócios já apresentados na letra "d" do item 2.1:

Industrializados (operação própria): Correspondeu a R\$ 231,2 milhões da receita bruta. Consiste na venda direta de embutidos e produtos à base de carnes para os mercados interno e externo.

Serviços de Frigorífico (industrialização): Correspondeu a R\$ 222,0 milhões da receita bruta. Refere-se à remuneração pelo abate e processamento de aves sob a modalidade de prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A operação apresentou forte recuperação, com a Receita Líquida alcançando R\$ 436,3 milhões (+22,9% frente a 2024) e o Lucro Bruto atingindo R\$ 119,0 milhões (+27% frente a 2024). O fator material que impulsionou essa melhora foi a normalização da atividade produtiva e logística. No ano de 2024 (base de comparação), a Companhia teve parte de suas operações temporariamente paralisadas pelas enchentes no Vale do Taquari, o que havia reprimido artificialmente seu faturamento e suas margens. Em 2025, operando sem interrupções climáticas, a empresa pôde capturar plenamente os ganhos de eficiência da fábrica.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O aumento de cerca de 23% na receita líquida consolidada em 2025 foi impulsionado, majoritariamente, pela recuperação e estabilidade dos volumes operacionais (decorrentes do fim das interrupções logísticas causadas pelas enchentes do ano anterior). A inflação e o repasse de preços acompanharam os reajustes contratuais regulares estipulados para cobrir custos operacionais (como folha de pagamento). Não houve introdução de novos produtos ou serviços no exercício de 2025, visto que o foco da administração foi a otimização dos segmentos já consolidados nos anos anteriores, como foi o caso da criação da linha de patês no ano de 2024.

Após as enchentes, foram necessários reestruturações e investimentos em melhorias de processos na fábrica de embutidos, o que também aumentou as margens e eficiência da indústria.

A Controlada possui um programa contínuo de melhoria que é incentivado pela Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variação de preços e cenário global (Gripe Aviária e Tarifaço): Os efeitos da gripe aviária e os movimentos protecionistas de grandes blocos econômicos (fenômeno apelidado pelo mercado de "tarifaço") impactaram indiretamente a Companhia. O fechamento temporário de importantes mercados resultou em um desequilíbrio na oferta global. Consequentemente, houve o direcionamento de mais oferta de proteína de frango a baixo custo para os países aos quais a Companhia exporta. Esse redirecionamento de volumes reduziu os preços globais e o interesse de compra de embutidos, pressionando negativamente o volume de vendas e o escoamento.

Câmbio: As oscilações do Dólar influenciaram diretamente as receitas de exportação da operação própria. A volatilidade cambial impactou a competitividade e exigiu uma gestão financeira ágil por parte da administração para mitigar os efeitos adversos na conversão de receitas em um cenário global instável.

Taxa de Juros: A taxa de juros deixou de representar um risco sistêmico para os resultados da Companhia em 2025. Com a consolidação da transação tributária informada no item 2.1, os antigos encargos moratórios e multas que asfixiavam o resultado financeiro foram mitigados. O saldo remanescente da dívida foi alocado em parcelamento sustentável atrelado à taxa Selic, conferindo total previsibilidade ao impacto dos juros no balanço.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício de 2025, a principal alteração nas práticas e classificações contábeis da Companhia consistiu no tratamento dos recursos advindos de exportações. A partir do segundo trimestre, os valores anteriormente contabilizados na rubrica de "Numerários em Trânsito" (no grupo de Outros Ativos) foram reclassificados para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa", alocados sob a subconta de moeda estrangeira.

Essa adequação baseou-se nos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). A administração concluiu que esses valores, provenientes de ordens de pagamento do mercado externo, já possuíam disponibilidade imediata para uso da Companhia, restando pendente apenas a conversão formal para a moeda nacional. Embora essa reclassificação não tenha gerado impacto no resultado (lucro/prejuízo) do período, ela alterou de forma significativa a qualidade da informação, refletindo com maior exatidão e transparência a robusta liquidez imediata da empresa demonstrada nos quadros do item 2.1.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O fato mais relevante do exercício de 2025 sob a ótica da auditoria independente foi a exclusão da principal ressalva histórica que recaía sobre as demonstrações financeiras da Companhia. O relatório dos auditores deixou de apresentar o severo parágrafo de ênfase que apontava incertezas relevantes sobre a "Continuidade Operacional" (Going concern). A retirada definitiva dessa ênfase é o atestado técnico externo de que o saneamento do passivo fiscal e a reversão do patrimônio líquido extirparam o risco material de insolvência que ameaçava o funcionamento da empresa nos anos anteriores.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução tampouco alienação de qualquer segmento operacional no exercício de 2025. A Companhia e suas controladas mantiveram o foco integral nas linhas de negócio já consolidadas, concentrando seus esforços na eficiência da prestação de serviços de industrialização e na operação própria de embutidos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária por parte da Companhia no período. A estrutura patrimonial e o controle sobre as controladas diretas (Sulaves S.A. e Valepar S.A.) e a controlada indireta (Companhia Minuano de Alimentos) permaneceram inalterados.

c. eventos ou operações não usuais

Os resultados operacionais e as demonstrações financeiras de 2025 foram fortemente influenciados por dois eventos não usuais:

Contábil/Financeiro (Transação Tributária): O saneamento do passivo fiscal junto à PGFN gerou um evento contábil extraordinário e não recorrente. O expressivo desconto sobre os encargos e multas originou um ganho de capital atípico registrado no resultado financeiro, sendo o fator central que alavancou o lucro líquido do período e promoveu a reversão do patrimônio líquido.

Societário (Desdobramento de Ações): No mês de outubro de 2025, foi aprovado e executado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, adotando a proporção de 1:10. Essa manobra técnica não afetou o capital social, mas consistiu em um evento estratégico para corrigir a distorção no preço de tela (decorrente do turnaround da empresa), visando aumentar a liquidez e democratizar o acesso de investidores no mercado secundário.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**a. informar o valor das medições não contábeis**

No balanço de encerramento do exercício de 2025, a administração da Companhia elegeu o EBITDA (Lajida) Ajustado como sua principal medição não contábil, apurando um montante consolidado de R\$ 79,5 milhões, o que representa um crescimento orgânico de 22% em relação ao exercício anterior.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A reconciliação do EBITDA Ajustado parte da última linha do demonstrativo, o Lucro Líquido consolidado de R\$ 516,1 milhões. A este valor, são revertidos o imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL), o resultado financeiro líquido e os valores de depreciação e amortização do período, compondo o EBITDA contábil.

Para atingir o EBITDA Ajustado, aplica-se sobre a base contábil um expurgo de eventos não recorrentes no montante aproximado de R\$ 111,5 milhões (ajuste negativo). Esse

ajuste isola e retira do cálculo os expressivos ganhos contábeis originados pelos descontos da dívida tributária obtidos junto à PGFN (reconhecidos sob as rubricas de "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais"), depurando o indicador final para os R\$ 79,5 milhões.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A administração considera o emprego do EBITDA Ajustado indispensável para que o investidor compreenda a real performance operacional do negócio. O expressivo lucro líquido registrado em 2025 foi drasticamente elevado por um ganho de natureza puramente contábil (oriundo dos descontos em multas e juros na transação tributária), o qual impacta positivamente o patrimônio da Companhia, mas não representa entrada efetiva de numerário proveniente da atividade-fim. Ao expurgar essas anomalias não recorrentes, o EBITDA Ajustado isola a capacidade contínua e resiliente da empresa de gerar caixa estritamente por meio de suas atividades de serviços industriais e da venda de produtos.

Importante esclarecer que a Controlada Minuano é uma empresa com quase 80 anos de operação, que apresentou diversas crises e instabilidades nas últimas décadas. Até a conclusão do *turnaround*, foram realizadas diversas negociações, o que distorce o resultado de forma significativa. Por este motivo, o EBITDA ajustado traz uma visão clara sobre o caixa efetivamente gerado no período analisado e do desempenho da administração e da Companhia, sem interferência dos períodos passados.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados eventos subsequentes, de natureza contábil, operacional ou societária, que tenham causado ou que possam vir a causar efeitos materiais sobre a situação financeira, a estrutura de capital ou a continuidade dos negócios da Companhia.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Excepcionalmente no exercício de 2025, em decorrência dos fortes efeitos contábeis da transação tributária firmada junto à PGFN, a Companhia apurou um expressivo lucro líquido individual de R\$ 510,6 milhões. Esse resultado atípico viabilizou a absorção integral de seu histórico de prejuízos acumulados (que somavam R\$ 471,8 milhões) e destravou a retomada legal da destinação de lucros, permitindo o pagamento de dividendos e a constituição de reservas estratégicas de caixa.

a. regras sobre retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados da Companhia, a retenção de lucros obedece às seguintes regras gerais:

Reserva legal: Destinação obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva para contingências: A Assembleia Geral poderá destinar parcela do lucro para constituir reserva visando compensar eventuais reduções de lucros e prejuízos materiais futuros ligados a sinistros climáticos extremos.

Reserva de investimento e capital de giro: Retenção de 10% do saldo do lucro ajustado após a dedução do dividendo mínimo obrigatório.

Com base nestas regras e em decorrência do resultado auferido em 2025, a administração propõe as seguintes retenções específicas para o exercício:

Reserva legal: Destinação de R\$ 1.942.336,78.

Reserva para contingências: Destinação estratégica de R\$ 24.910.469,14. A constituição desta reserva atua como um "autoseguro" financeiro e garante caixa imediato para a retomada de operações caso ocorram novos desastres climáticos (enchentes) nas instalações do Vale do Taquari/RS, justificando-se frente à atual recusa do mercado segurador em fornecer coberturas patrimoniais adequadas à planta.

Reserva de investimento e capital de giro: Destinação de R\$ 2.767.829,90, com a finalidade de assegurar fluxo orgânico de caixa para a modernização da infraestrutura de abate.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a regra para distribuição de resultados prevê o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado (lucro do exercício subtraído das parcelas da Reserva Legal e da Reserva para Contingências). A regra matriz é o "foco no lucro realizado", limitando a distribuição à efetiva capacidade de geração de caixa. É facultado ao Conselho de Administração deliberar que o pagamento seja realizado sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

Superado o impedimento legal decorrente de anos com patrimônio líquido a descoberto, a administração propõe para o exercício de 2025 a retomada da remuneração direta aos acionistas, mediante o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório no montante global de R\$ 9.226.099,68, o que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,12994 por ação ordinária.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade da distribuição de resultados é anual. Conforme a política, as distribuições ocorrem de forma ordinária após a aprovação das demonstrações financeiras pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), com o prazo de pagamento fixado em até 60 dias a contar da referida deliberação. O Conselho de Administração, respeitados os limites legais e a posição de liquidez, detém ainda a prerrogativa de declarar dividendos intermediários

ou intercalares à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há decisões judiciais, arbitrais ou regulamentações externas que imponham restrições absolutas ao pagamento de proventos após a formalização da transação tributária de 2025. Contudo, a Companhia possui fortes travas e restrições prudenciais consolidadas em seu Estatuto Social e em sua Política de Destinação de Resultados. A principal restrição determina que a administração detém o dever de propor a redução ou a retenção integral do dividendo caso o desembolso se revele comprovadamente incompatível com a situação financeira e de liquidez do negócio em determinado exercício, priorizando a segurança estrutural e a capacidade de honrar os pagamentos parcelados junto à União.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia conta com uma Política de Destinação de Resultados formalmente elaborada e aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025. O documento vigora por prazo indeterminado e deve passar por revisão anual por parte da administração. A íntegra desta política encontra-se divulgada ao mercado e pode ser acessada e consultada permanentemente na rede mundial de computadores, no website de Relações com Investidores (RI) da Minupar, bem como nos sistemas oficiais de arquivamento de informações da B3 e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não aplicável. A administração atesta que a Companhia e suas controladas não possuem ativos ou passivos materiais que deixem de transitar por suas demonstrações financeiras (operações do tipo *off-balance sheet*). A política contábil da empresa é regida pela evidenciação integral e conservadora, alinhada aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Todas as obrigações e direitos relevantes — incluindo os passivos de arrendamento mercantil, disputas judiciais, instrumentos derivativos (travas cambiais) e parcelamentos — encontram-se rigorosamente registrados e refletidos nos balanços patrimoniais. Adicionalmente, a empresa não opera com veículos de propósito específico não consolidados ou carteiras de recebíveis cedidas com retenção de risco.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não existem outros itens que possam potencial para impactar a avaliação patrimonial e que já não constem de forma clara nas demonstrações e notas explicativas do exercício de 2025.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**a. Como tais itens alteram ou podem vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outras rubricas das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista a total inexistência de itens relevantes não evidenciados, conforme fundamentado e atestado no item 2.8 acima.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O plano de negócios da Companhia baseia-se na retomada de projetos estruturais impulsionada pela estabilização financeira consolidada em 2025. O investimento mais representativo e estratégico previsto consiste na modernização e ampliação da capacidade de abate da unidade industrial localizada em Lajeado (RS), conduzida pela controlada indireta Minuano. O projeto prevê um aporte estimado de R\$ 74 milhões, com cronograma de execução projetado para 29 meses. Qualitativamente, o capital será empregado em inovação tecnológica e adequação de infraestrutura fabril. Quantitativamente, o objetivo central é elevar o volume nominal de abates do atual patamar de 175 mil para 200 mil aves/dia. Essa iniciativa visa promover ganho de escala, diluir custos fixos e assegurar a eficiência técnica exigida para o cumprimento do contrato de prestação de serviços renovado por mais 10 anos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Há alguns anos a Companhia e suas controladas utilizam somente recursos próprios para efetivação de investimentos, podendo negociar parcelamentos diretamente com seus fornecedores.

Com a efetivação da Transação Tributária e a recuperação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN), que destravou o acesso a linhas de crédito convencionais, a Companhia manterá a busca e a avaliação de linhas de crédito tradicionais de fomento produtivo, as quais serão acessadas exclusivamente se apresentarem taxas vantajosas que viabilizem a alavancagem da modernização sem comprometer a liquidez ou gerar despesas financeiras prejudiciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A administração não possui em andamento e não prevê a realização de operações de desinvestimento relevantes no atual cenário. A estrutura produtiva física e logística existente é indispensável para o atendimento contínuo dos volumes exigidos pelos parceiros comerciais.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A execução do projeto de expansão mencionado no item anterior se materializará, na prática, pela aquisição de equipamentos industriais modernos e implementações tecnológicas na linha de produção. A incorporação física desses ativos influenciará diretamente a capacidade da planta de Lajeado, destravando o incremento planejado de 25 mil aves abatidas por dia, permitindo a maximização do espaço físico sem a necessidade de expansão externa desproporcional.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável. O plano estratégico da Companhia encontra-se alicerçado na continuidade da prestação de serviços de industrialização e na comercialização sob a marca própria já estabelecida. A operação não possui dependência estrutural de novas patentes, concessões governamentais ou acordos de *royalties* com terceiros para garantir a manutenção ou a expansão de sua capacidade produtiva.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O emissor inseriu em seu plano de negócios a realização de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, a fim de produzir relatório que possa ser divulgado ao mercado dentro do prazo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela B3. Em fevereiro de 2025, foi firmado contrato com empresa especializada em mensuração,

reporte e monitoramento de dados ESG, através de soluções tecnológicas para a gestão de sustentabilidade. O projeto visa a implementação de um software que possibilitará o controle e o monitoramento de dados de maneira recorrente e automatizada, preparando a Companhia para futuras divulgações e para o atendimento técnico às normas IFRS S1 e S2. Apesar disso, desde já é possível identificar diversas ações positivas nas práticas do emissor e de suas controladas, por isso a Companhia busca aperfeiçoamento contínuo e identifica oportunidades em procedimentos relacionados ao meio ambiente, à sociedade e às práticas de governança:

Ambiental (E): O emissor tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa, bem como desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente. O intuito é adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e a conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade.

Social (S): Os indicadores demonstram a existência de sólidas práticas de diversidade no quadro de colaboradores — que hoje conta com profissionais residentes em mais de 40 municípios e 20% de estrangeiros de 16 nacionalidades. Destaca-se também a realização de ações inclusivas, como o projeto para profissionalização de jovens aprendizes e PcDs por meio de parceria com o SENAI e a APAE. A valorização do ambiente de trabalho é atestada pela recertificação *Great Place to Work* (GPTW) em 2025, pela recente adesão ao Programa Empresa Cidadã (fomento ao bem-estar familiar) e pela destinação de recursos socioculturais via leis de incentivo (Lei Rouanet e FUNCRIANÇA).

Governança (G): As oportunidades capturadas envolveram o fortalecimento da integridade e da equidade. Houve a aprovação de novas Políticas de Governança, a formalização de Comitês de Ética e Disciplinar e a estruturação de um Canal de Denúncias independente. Ademais, na alta gestão, a eleição de mulheres e membros de comunidades sub-representadas para o Conselho de Administração alinha a Companhia às melhores práticas de mercado e ao Selo WOB (*Women on Board*).

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A administração atesta que todos os fatores macroeconômicos, setoriais, climáticos, operacionais e financeiros que exerceram influência material sobre o desempenho e os resultados da Companhia durante o exercício social de 2025 foram exaustivamente identificados, analisados e expostos nos subitens anteriores desta seção.

Dessa forma, não existem outros fatos geradores, contingências ocultas, compromissos estruturais ou eventos não usuais não reportados que tenham impactado de maneira relevante a formação da receita, a estrutura de capital, o cronograma de investimentos ou a liquidez da empresa e de suas controladas no período.

Anexo II – Informações do Anexo A da resolução CVM nº 81**1. Informar o lucro líquido do exercício**

R\$ 510.624.143,46 (lucro individual da Companhia)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante global de dividendos: R\$ 9.226.099,68.

Valor por ação: R\$ 0,12994

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Aproximadamente 1,81% do lucro líquido do exercício, montante que corresponde a exatamente 25% do lucro líquido ajustado para fins de dividendos obrigatórios, nos termos do art. 202 da Lei das S.A.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendos nos últimos exercícios sociais.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Valor de dividendo por ação ordinária: R\$ 0,12994

O capital social da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em parcela única, por intermédio da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar a presente proposta, em estrito cumprimento ao disposto no art. 205, § 3º, da Lei das S.A.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização monetária ou cobrança de juros sobre o valor dos dividendos declarados, desde que o pagamento seja efetivado dentro do prazo estipulado

de 60 dias após a Assembleia Geral Ordinária. Caso a Companhia não realize o pagamento no prazo legal, o valor passará a ser acrescido dos encargos moratórios previstos na legislação aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar a referida destinação de resultados (Data-Com). A partir do dia útil imediatamente subsequente, as ações da Companhia passarão a ser negociadas 'ex-dividendos' no mercado secundário.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

Não aplicável, pois não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando valores por ação de cada espécie e classe

Não foram distribuídos dividendos nos 3 (três) últimos exercícios sociais, em razão de prejuízo acumulado.

Exercício Social	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	R\$ 510.624.143,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dividendo e juro sobre capital próprio	R\$ 9.226.099,68 de dividendos	Não houve distribuição.	Não houve distribuição.	Não houve distribuição.

8. Identificar destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

R\$ 1.942.336,78

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal foi calculada com base no lucro líquido do exercício, após descontados os prejuízos acumulados. O montante destinado não ultrapassa o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, uma vez que se trata do primeiro ano com lucro apurado e não há saldo anterior acumulado.

A memória de cálculo é a seguinte:

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 510.624.143,46
Prejuízo acumulado	(-) R\$ 471.777.407,96
Base de cálculo	(=) R\$ 38.846.735,50
Reserva legal (5%)	R\$ 1.942.336,78

9. Caso possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável, pois o capital social da Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo.

O lucro líquido terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei das S.A., 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório; e
- o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento e Capital de Giro, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Embora o artigo 37 do Estatuto Social preveja a dedução de parcela destinada à participação dos administradores no lucro, informa-se que não será paga participação aos administradores relativa ao presente exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, está sendo proposto o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório

c. Informar o montante eventualmente retido

Não está sendo proposta retenção de lucro.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não aplicável, pois não está sendo proposta retenção de lucros.

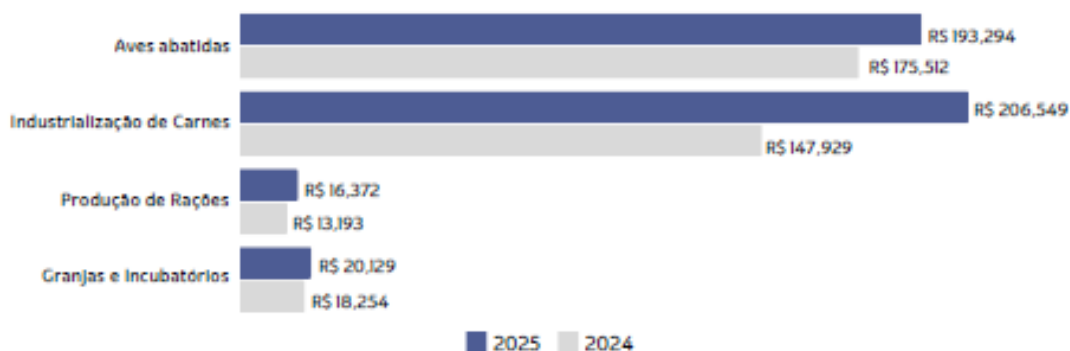
12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificação montante destinado à reserva**

R\$ 24.910.469,14

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

A constituição da presente reserva fundamenta-se no artigo 195 da Lei das S.A. e na Política de destinação de resultados da companhia. A medida visa garantir a continuidade dos negócios da Companhia Minuano de Alimentos (Controlada), diante de perdas julgadas prováveis e estimáveis, decorrentes de eventos climáticos extremos em região onde a companhia concentra sua principal operação industrial.

A unidade localizada em Arroio do Meio/RS, situada em área historicamente alagável nas margens do Rio Taquari, representa o ativo mais crítico do grupo, respondendo por cerca de metade do faturamento total da Companhia Minuano de Alimentos e concentrando a maior parte da geração de lucro operacional, como se vê nos dados a seguir:



Dada essa relevância desproporcional para o resultado consolidado, qualquer interrupção nesta planta compromete a solvência de todo o grupo econômico.

A "prudência financeira", princípio basilar da nossa Política de Destinação de Resultados, exige que a Companhia retenha recursos para suportar choques operacionais,

especialmente num cenário onde o mercado segurador não oferece cobertura para danos por inundação.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

A probabilidade da perda não se baseia em previsões teóricas, mas na constatação fática de uma alteração severa no padrão climático da região do Vale do Taquari/RS, onde a companhia mantém instalações críticas.

Para contextualização, detalhamos abaixo o histórico que comprova a recorrência e o agravamento dos eventos ("Probabilidade da Perda"), demonstrando que não se trata de casos isolados, mas de um risco sistêmico crescente:

Julho de 2020

Desde julho de 2020, a Companhia Minuano tem enfrentado a recorrência de enchentes na região do Vale do Taquari, onde suas principais unidades estão localizadas. Naquela data, a enchente decorrente de ciclone extratropical, que até então era considerada histórica, atingiu parcialmente a unidade de embutidos em Arroio do Meio, gerando prejuízos materiais e paralisação temporária.

Setembro e novembro de 2023

O nível do Rio Taquari sofreu elevação superior à marca de 2020, em enchente caracterizada pela violência extrema da correnteza. O evento atingiu diretamente as duas principais plantas: a unidade de embutidos (Arroio do Meio) e o abatedouro de frangos (Lajeado). Houve danos estruturais, perda de estoques e paralisação operacional, evidenciando a vulnerabilidade das instalações principais.

Novas cheias ocorreram em novembro de 2023, afetando as mesmas unidades, embora com impactos menores devido à efetividade dos planos de contingência. Esse cenário recorrente de desastres naturais demonstrou a crescente vulnerabilidade das operações e a necessidade de adaptação contínua.

Maior de 2024

Diante do histórico, a Companhia passou a desenvolver alternativas estruturais de baixo custo que viabilizassem a rápida evacuação e retomada das plantas, visando minimizar os prejuízos ocasionados por eventuais episódios recorrentes de cheias nestes níveis.

Contudo, diante da sua magnitude, o evento de maio de 2024 afetou de forma ainda mais severa todas as seis unidades produtivas da Companhia Minuano.

Indiretamente, os transtornos observados nas unidades menores (granjas, incubatório e fábrica de rações) pela inundação em pátios e estruturas de apoio utilizadas por terceiros, falta de energia, internet e sinal de telefone, bem como, a dificuldade de acesso, causaram a redução/paralisação da produção por alguns dias.

Por outro lado, as maiores unidades foram atingidas diretamente pela inundação. O frigorífico localizado na cidade de Lajeado teve diversas áreas de apoio atingidas e a produção paralisada por mais de uma semana, inclusive pelas dificuldades de acesso à cidade por funcionários, bem como, para recebimento de matéria-prima e suprimentos.

Na fábrica de embutidos, os danos estruturais causados pela enchente foram mais graves do que nos episódios anteriores, em razão da sua proximidade com o Rio Taquari. A retomada parcial da produção foi possível somente após a realização de reparos em estruturas e equipamentos, permanecendo suspensa por aproximadamente dois meses. A Companhia controlada restabeleceu a capacidade máxima da sua produção da fábrica de embutidos apenas em dezembro de 2024.

A referida fábrica é responsável por importante parcela do faturamento do grupo, produzindo os produtos de marca própria.

A busca por alternativas definitivas para a instalação desta operação em local diverso continua em análise, mas esta medida exige investimentos elevados, registros, licenciamentos, entre outros requisitos que devem ser observados.

d. Justificar a constituição da reserva

A constituição da reserva é imperativa para a preservação da Companhia, dado que a unidade localizada em zona de risco hidrológico (Arroio do Meio/RS) representa 49,74% da receita líquida total no exercício consolidado de 2025 e concentra a maior parte da geração de lucro operacional.

Adicionalmente, conforme exposto pela administração, o mercado segurador atual impõe restrições severas de cobertura para danos por inundações em plantas localizadas às margens do Rio Taquari. A ausência de cobertura securitária completa para o principal ativo gerador de caixa da Companhia exige, por dever de diligência, a proposta de constituição da reserva para contingências, com objetivo de assegurar a operação da Companhia Minuano de Alimentos contra sinistros futuros decorrentes dos eventos hidrológicos referidos.

Memória de cálculo (perda estimável)

O montante da reserva foi dimensionado com base nos impactos econômicos reais mensurados no evento de 2024, que totalizaram um impacto negativo superior a R\$ 54 milhões, conforme composição abaixo utilizada como parâmetro de risco máximo provável:

Perdas patrimoniais diretas	R\$ 4.737.000,00 (estoques e imobilizado);
Custos de paralisação	R\$ 9.079.000,00 (ociosidade de folha de pagamento e manutenção emergencial);
Investimentos de reconstrução	R\$ 18.803.000,00 (recuperação de ativos danificados);
Impacto em receita	R\$ 21.576.000,00 (redução de faturamento por inatividade).

A reserva proposta visa cobrir, proporcionalmente, parte deste risco financeiro latente, assegurando recursos imediatos para retomada operacional em caso de novo sinistro, sem comprometer a solvência da companhia.

Para atender ao critério de "perda estimável" (Lei das S.A.), utilizamos os dados reais dos impactos econômicos sofridos nos eventos de 2020 e 2024 como base para dimensionar a reserva necessária.

Base de cálculo (impacto econômico real):

Natureza do prejuízo	Impacto histórico (base 2024)	Justificativa
Perdas diretas (estoque/ativo)	R\$ 4.737.000,00	Perda física de bens e avarias em máquinas não cobertas por seguro.
Custos de retomada	R\$ 9.079.000,00	Soma de ociosidade de folha (R\$ 6,5MM) e gastos de manutenção (R\$ 2,5MM).
Impacto em receita	R\$ 21.576.000,00	Receita perdida durante os 2 meses de paralisação da unidade principal.
Reconstrução	R\$ 18.803.000,00	Aporte necessário para restabelecer a condição operacional anterior.
TOTAL ESTIMADO	R\$ 54.195.000,00	Valor base para teto da Reserva

Proposta de constituição de Reserva:

Considerando que o prejuízo total acumulado em um único evento catastrófico superou R\$ 54 milhões, e que a Companhia não possui cobertura securitária para inundações nesta unidade, propõe-se que a Reserva de Contingência seja constituída progressivamente até atingir o limite desse valor de risco estimado (**R\$ 54.195.000,00**), garantindo fôlego financeiro para suportar custos fixos e reparos emergenciais em uma nova ocorrência, sem depender de endividamento oneroso ou aportes de capital.

Em estrito atendimento ao disposto no § 2º do artigo 195 da Lei das S.A., a referida reserva será mantida pelo período de 05 (cinco) exercícios sociais, podendo ser renovada ao final do período. A manutenção da reserva será reavaliada e revisada anualmente, enquanto perdurar a exposição da Companhia ao risco hidrológico desassistido de cobertura securitária. A reversão da reserva ocorrerá: (i) no exercício em que a perda se materializar, para a efetiva absorção dos prejuízos decorrentes de novo evento climático; ou (ii) no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição (seja pela futura transferência da unidade para local seguro, pela eventual obtenção de apólice

de seguro com cobertura integral para inundações na referida localidade, ou pela implementação de soluções de infraestrutura definitivas que elidam o risco).

Ademais, em demonstração de alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e em respeito aos acionistas (que permaneceram exercícios consecutivos sem remuneração), a Administração optou por não deduzir o montante desta Reserva de Contingências da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, prerrogativa que lhe seria facultada pelo artigo 202, inciso I, da Lei das S.A.. A retenção proposta incide exclusivamente sobre o saldo remanescente do exercício atual, com a intenção de complementar a reserva gradativamente nos exercícios sociais subsequentes até atingir o patamar ideal de segurança, garantindo a proteção financeira da Companhia sem prejudicar a remuneração imediata do capital investido.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não está sendo proposta a destinação de resultados para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O montante destina-se à 'Reserva de Investimento e Capital de Giro', cuja finalidade prevista no Estatuto Social é assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive por meio de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Conforme a regra estatutária, tal reserva é formada pela apropriação de 10% (dez por cento) do saldo do lucro ajustado, após a dedução do dividendo obrigatório, respeitado o limite máximo que, em conjunto com a Reserva Legal, não poderá exceder o valor do Capital Social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 2.767.829,90

c. Descrever como o montante foi calculado

A parcela de retenção foi calculada mediante a aplicação do percentual fixo estatutário de 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente do lucro ajustado, apurado imediatamente após a separação do dividendo mínimo obrigatório. A alocação proposta respeita o limite máximo previsto no artigo 37, § 2º do Estatuto Social, uma vez que o saldo desta reserva, em conjunto com a Reserva Legal, não excede o valor do capital social, por ser este o primeiro exercício com lucro apurado e não haver saldos anteriores.

A memória de cálculo exata é a seguinte:

Lucro líquido ajustado (base de cálculo)	R\$ 36.904.398,72
Dividendo mínimo obrigatório	(-) R\$ 9.226.099,68
Saldo remanescente do lucro ajustado	R\$ 27.678.299,05
Valor alocado para a Reserva de Investimentos (10%)	R\$ 2.767.829,90

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não está sendo proposta a retenção de lucros através de orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável. O saldo de R\$ 6.233.832,11 referente a incentivos fiscais foi constituído em exercícios anteriores (2022) e apenas mantido no Patrimônio Líquido, sem nova destinação do lucro de 2025 para esta rubrica).

Anexo III – Currículos dos candidatos (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração
(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**

(i) Nome: Livia Toshie Suguita Chao

Data de nascimento: 13/01/1962

Profissão: Empresária

CPF: 076.434.648-20

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 14/12/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro. Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022 e de abril de 2023 até o presente mandato.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Chao En Hung, Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Participa do grupo controlador da Companhia.

(ii) Nome: Carina Suguita Chao

Data de nascimento: 16/05/2000

Profissão: Engenheira de Produção

CPF: 400.618.648-70

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não eleita

Eleito pelo controlador: Não se aplica.

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduada em Operations Research and Information Engineering na Cornell University, nos Estados Unidos da América. Curso de Empreendedorismo, Economia & Finanças na Faculdade

ESEG. Membro em Brazilian Student Association de 2018 a 2020; Membro em Society of Women Engineers de 2018 a 2020; e Membro em Women in Business de 2018 a 2020. Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022. Head na Brex Financial Solutions de 2024 a 2025.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Filha de Livia Toshie Suguita Chao, Conselheira de Administração da Companhia e sobrinha de Chao En Hung, Presidente do Conselho de Administração.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Vínculo familiar com membro do grupo controlador da Companhia.

(iii) **Nome:** Gabriela Lerner Costa

Data de nascimento: 01/10/1995

Profissão: Advogada

CPF: 015.962.390-18

Cargo eletivo ocupado atualmente: Vice-Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 06/05/2025

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogada formada pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, pós-graduanda em Direito Societário pela EBRADI. Sócia-proprietária da Lerner Costa Advocacia, prestando assessoria jurídica empresarial e societária, especialmente no ramo alimentício. Atuou como advogada do Grupo Minupar, sendo também responsável pela área de Relações com Investidores da Companhia naquele período. A partir de junho de 2021 passou a exercer a função de Coordenadora de Trabalhos do Conselho de Administração, assessorando a administração como secretária de reuniões e nos assuntos societários.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Atuou como advogada empregada da controlada Companhia Minuano de Alimentos e Coordenadora de Trabalhos da Companhia até setembro de 2024. Presta assessoria jurídica na área societária para o Grupo.

(iv) Nome: Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Data de nascimento: 19/02/1961

Profissão: Engenheiro Mecânico-Nuclear e Matemático

CPF ou número do passaporte: 170.810.253-15

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Sim, autodeclarou cumprir todos os requisitos constantes no anexo K da Resolução CVM nº 80 de 2022.

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28.04.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico-Nuclear, Matemático e Pós-Graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, pós-graduado em Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas. Principais experiências: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A.; La Fonte Investimentos S.A.; La Fonte Telecomunicações S.A.; Jereissati Telecom S.A.; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa ±Mato Grosso. Membro do Conselho de Administração (Board) da Minupar Participações S.A. de 2001 até 2009. Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**(i) Nome: Paulo Ricardo Pinto Alaniz (efetivo)****Data de nascimento:** 02/08/1962**Profissão:** Contador**CPF:** 369.375.330-04**Cargo eletivo ocupado atualmente:** Não eleito**Eleito pelo controlador:** Não se aplica**Membro independente:** Não se aplica**Data de início do primeiro mandato consecutivo:** Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Mestre em Controladoria pela UFRGS, pós-graduado em Planejamento e Gestão de Negócios e graduado em Ciências Contábeis. Presidente do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A. Foi Presidente do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (6ª regional) em 2018/2023 e foi Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS em 2013/2014. Atuou como conselheiro de administração no ECB Group e Conselheiro Fiscal da BSBIOS. Desde 2006 atua como professor em cursos de especialização em nível de pós-graduação em diversas universidades. Iniciou na profissão de auditor há mais de 40 anos, trabalhando em empresas privadas de grande porte, inclusive como sócio de empresas de renome como BDO Auditores Independentes e KPMG Auditores Independentes. Foi professor de graduação na UFRGS e na FARGS atuando no curso de ciências contábeis.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(i) Nome: Gilmar Pretto (suplente)**Data de nascimento:** 14/04/1976**Profissão:** Contador**CPF:** 683.465.570-00**Cargo eletivo ocupado atualmente:** Não

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduado em Ciências contábeis pela Universidade Católica de Pelotas, em 2004, possui MBA em Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Executive MBA em Liderança, inovação e gestão 4.0 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em sua trajetória profissional, destaca-se a atuação de mais de trinta anos na Irgovel Indústria Riograndense de Óleos Vegetais Ltda. Nessa empresa, iniciou como coordenador contábil em 1995 e construiu uma carreira ascendente ocupando posições de liderança, como gerente de contabilidade e de tecnologia da informação, diretor financeiro, de suprimentos e tecnologia, até chegar ao cargo de diretor presidente em 2016 e membro do conselho consultivo em 2023.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Marcelo Fichera Lourenzi (efetivo)

Data de nascimento: 27/09/1975

Profissão: Auditor e Contador

CPF: 894.062.730-04

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não eleito

Eleito pelo controlador: Não se aplica

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Controladoria. Atuou como auditor independentes por 22 anos, em empresas de renome, como: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; BDO Auditores Independentes; KPMG Auditores Independentes; e Grant Thornton Auditores Independentes. Atuou como sócio nas empresas KPMG e Grant Thornton e como conselheiro fiscal da empresa HT Micron Semicondutores S/A (de 2019 a 2021). Atualmente é sócio da Avola Contabilidade e Consultoria.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Viviane Barcelos Cangussu Machado (suplente)

Data de nascimento: 14/07/1974

Profissão: Contadora

CPF: 526.852.090-34

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduada em Ciências Contábeis pela PUCRS, com pós-graduações em Gestão de Empresas de Serviços (Senac) e em Tributação na Construção Civil (EBPós). Atua como Sócia de Auditoria na Baker Tilly Brasil desde 2022 (tendo ingressado na firma em 2015), coordenando trabalhos de auditoria independente, revisão de demonstrações financeiras, gestão de riscos e due diligence. Desde 2020 atua como assistente técnica em demandas judiciais e arbitrais envolvendo análise econômico-financeira. Atualmente também ocupa posições institucionais, sendo Conselheira Fiscal do IBEF-RS (desde 2025), Diretora do IBRACON – 6ª Regional (2024–2026) e Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC e do CRC-RS (2024–2026). Anteriormente, foi auditora na KPMG Auditores Independentes.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Anexo IV – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência

1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada. No entanto, as práticas adotadas alinham-se aos interesses da Companhia e têm como objetivo principal reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir ativamente para a expansão dos negócios e, conseqüentemente, para a maximização do retorno aos acionistas. A Companhia busca, por meio de sua prática de remuneração, atrair e reter talentos essenciais para a alta administração, garantindo a continuidade e o aprimoramento da gestão.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração. Os critérios e a metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual levam em consideração:

- As responsabilidades inerentes a cada cargo e função desempenhada pelos membros.
- O tempo dedicado às suas funções e o nível de engajamento exigido pelas atividades da Companhia.
- As condições financeiras da Companhia, buscando um equilíbrio entre a valorização dos administradores e a sustentabilidade econômica do negócio.
- A busca por aproximação com os valores praticados no mercado, considerando o porte da Companhia e a complexidade de suas operações.

A Companhia utiliza estudos formais de mercado para a verificação das práticas de remuneração, mas realiza análises internas para balizar suas decisões. A adequação da prática de remuneração é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração global a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária.

Não há outros órgãos ou comitês formalmente envolvidos no processo decisório de definição da remuneração individual.

A remuneração proposta para os membros a serem eleitos na Assembleia Ordinária de 2026, leva em consideração o trabalho que é realizado pelos Administradores, o porte da Companhia e o tempo despendido nas atividades, considerando ainda que a operação do grupo está centralizada na controlada Minuano.

Além disso, diante da melhora nos resultados da Companhia, a remuneração vem sendo gradualmente readequada, a fim de se aproximar dos valores praticados no mercado.

c. composição da remuneração:

A remuneração anual dos administradores é composta principalmente por parcelas mensais fixas, sendo concedida uma remuneração extra no mês de dezembro.

Remuneração Fixa (Salário ou Pró-labore): Constitui a maior proporção da remuneração total. Seu objetivo é garantir uma compensação estável e previsível pelo desempenho das funções administrativas. A metodologia de cálculo e reajuste considera as responsabilidades do cargo e as condições financeiras da Companhia, sendo gradualmente reajustada para se aproximar dos valores praticados pelo mercado.

Remuneração Variável (Bônus): Eventualmente, pode ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, com o objetivo é incentivar o atingimento de resultados e o alinhamento com os interesses de curto e médio prazo da Companhia. A concessão e o valor do bônus são definidos com base no resultado alcançado pela Companhia no exercício social, sempre observado o limite global aprovado em Assembleia Geral. Ainda não são utilizados indicadores de desempenho específicos, incluindo aqueles ligados a questões ASG, para a definição do bônus. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outros tipos de remuneração variável, como participação nos resultados, participação em reuniões ou comissões. Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração e conselho fiscal da Companhia.

A proposta para o ano de 2026 visa elevar a remuneração dos administradores a patamares mais próximos daqueles praticados pelo mercado.

A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outro tipo de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores é integralmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (em reais):

Previsão para exercício social	31/12/2026		
Valor total da remuneração	R\$ 1.144.500,00		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	2	3
Nº de membros remunerados	5	2	3
Esclarecimento	A quantidade considera a eleição da quantidade máxima de membros da proposta.	Não se aplica.	Não se aplica.
Salário ou o pró-labore	R\$ 549.000,00	R\$ 366.000,00	R\$ 229.500,00
Benefícios direto e indireto	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros (Remuneração fixa)	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Bônus	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Participação de resultados	0	0	0

Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (Remuneração variável)	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	A diferença entre a previsão fixada em tabela e o limite global proposto consiste em provisão estratégica para suportar eventuais programas de remuneração variável por atingimento de metas operacionais a serem deliberados durante o ano.		
Total por órgão	R\$ 549.000,00	R\$ 366.000,00	R\$ 262.500,00

Exercício social	31/12/2025		
Valor total da remuneração	R\$ 884.333,34		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	2	3
Nº de membros remunerados	5	2	3
Esclarecimento	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Salário ou o pró-labore	R\$ 424.000,00	R\$ 256.000,00	R\$ 204.333,34
Benefícios direto e indireto	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros (Remuneração fixa)	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Bônus	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (Remuneração variável)	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Total por órgão	R\$ 424.000,00	R\$ 256.000,00	R\$ 204.333,34

Exercício social	31/12/2024		
Valor total da remuneração	R\$ 569.750,00		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5	2,42	3

Nº de membros remunerados	3	2,42	3
Esclarecimento	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Salário ou o pró-labore	R\$ 185.000,00	R\$ 139.750,00	R\$ 165.000,00
Benefícios direto e indireto	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros (Remuneração fixa)	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Bônus	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (Remuneração variável)	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor que estava previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais e da apresentação de renúncia da remuneração por 03 membros.	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais.	Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais.
Total por órgão	R\$ 235.000,00	R\$ 169.750,00	R\$ 165.000,00

Exercício social	31/12/2023		
Valor total da remuneração	R\$ 623.333,00		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,17	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,17	3,00
Esclarecimento	Não se aplica.	Calculada a média de membros durante o ano.	Não se aplica.
Salário ou o pró-labore	R\$ 325.000,00	R\$ 139.333,00	R\$ 159.000,00
Benefícios direto e indireto	0	0	0

Participações em comitês	0	0	0
Outros (Remuneração fixa)	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Bônus	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (Remuneração variável)	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Total por órgão	R\$ 325.000,00	R\$ 139.333,00	R\$ 159.000,00

3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Em janeiro de 2024 foi aprovado e realizado o pagamento de bônus relativo ao resultado do exercício social de 2023. Nos anos seguintes não houve pagamento de remuneração variável para os membros da administração da Companhia.

Valores 2024	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	3	3	8
Valor total reconhecido	50.000	30.000	-	80.000

Valores 2023	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	8
Valor total reconhecido	-	-	-	-

Referida bonificação não é concedida aos membros do Conselho Fiscal.

4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações:

Atualmente a Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações:

Atualmente a Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 5 a 11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

13. Informar a quantidade de ações que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 9.590.130 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 3.810 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

Os membros da chapa proposta para o Conselho de Administração, a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, detinham 8.968.190 ações em 28.02.2026.

14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

15. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício social	31/12/2026		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00
Esclarecimento	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Valor da maior remuneração (reais)	R\$ 183.000,00	R\$ 183.000,00	R\$ 91.500,00
Valor da menor remuneração (reais)	R\$ 91.500,00	R\$ 183.000,00	R\$ 91.500,00
Valor médio remuneração (reais)	R\$ 109.800,00	R\$ 183.000,00	R\$ 91.500,00
Observação	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Exercício social	31/12/2025		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00
Esclarecimento	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Valor da maior remuneração (reais)	R\$ 128.000,00	R\$ 128.000,00	R\$ 74.000,00
Valor da menor remuneração (reais)	R\$ 74.000,00	R\$ 128.000,00	R\$ 74.000,00
Valor médio remuneração (reais)	R\$ 84.800,00	R\$ 128.000,00	R\$ 68.111,10
Observação	Para a remuneração máxima e mínima foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros.	Não se aplica.	Para a remuneração máxima e mínima foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros.

Exercício social	31/12/2024		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,42	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,42	3,00
Esclarecimento	Considerada a média dos membros remunerados, uma vez que, a partir do mês de maio, apenas 02 membros foram remunerados.	Calculada a média de membros durante o ano.	Não se aplica.
Valor da maior remuneração (reais)	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 53.000,00
Valor da menor remuneração (reais)	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 53.000,00
Valor médio remuneração (reais)	R\$ 78.333,33	R\$ 65.000,00	R\$ 53.000,00
Observação	Para a remuneração máxima e mínima foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros remunerados, sendo que o valor fica maior em razão do pagamento de bônus no mês de janeiro.	Considerada apenas a remuneração do Diretor que permaneceu por 12 meses.	Não se aplica.

Exercício social	31/12/2023		
Órgão da administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,17	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,17	3,00
Esclarecimento	Não se aplica.	Calculada a média de membros durante o ano.	Não se aplica.
Valor da maior remuneração (reais)	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 53.000,00
Valor da menor remuneração (reais)	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 53.000,00
Valor médio remuneração (reais)	R\$ 65.000,00	R\$ 64.208,91	R\$ 53.000,00

Observação	Não se aplica.	Para a remuneração máxima e mínima foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros remunerados.	Não se aplica.
------------	----------------	---	----------------

16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, como a alienação do controle societário do emissor. No entanto, a Companhia firmou um Contrato de Indenidade com seus Diretores Estatutários, conforme detalhado no item 7.7 deste Formulário de Referência, que prevê o pagamento, indenização ou reembolso por custos e despesas incorridos no exercício de suas funções, em complemento ao seguro de responsabilidade civil (D&O).

17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

Órgão	2026	2025	2024	2023
Conselho de Administração	38,04%	47,64%	27,03%	40,00%
Diretoria Executiva	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Exercício social	2023	2024	2025
Conselho de Administração	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 86.000,00
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração dos administradores da Minupar Participações S.A. (emissor) é integralmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Adicionalmente, membros dos órgãos de administração da Minupar também exercem funções estatutárias ou não estatutárias (como contratações CLT ou PJ) em outras companhias do grupo e recebem remuneração por essas funções diretamente dessas controladas.

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Minupar, reconhecida no resultado consolidado do grupo (e, portanto, suportada pela Companhia Minuano de Alimentos), é apresentada a seguir:

Exercício Social	Remuneração Total Consolidada (R\$ mil)
2025	4.193
2024	2.256
2023	2.820

Os valores apresentados acima correspondem à remuneração global paga pela Companhia Minuano de Alimentos a todos os indivíduos que são membros dos órgãos de administração e conselho fiscal da Minupar, abrangendo tanto a remuneração por suas funções na Minupar quanto por outras funções exercidas nas controladas. Esses valores

são extraídos das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, onde a remuneração de partes relacionadas é divulgada de forma agregada.

20. Outras informações relevantes

Como já mencionado em tópicos anteriores, dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise econômica decorrente das enchentes que atingiram as unidades produtivas da controlada Companhia Minuano de Alimentos (descrito no Anexo I), em 23 maio de 2024 o Conselho de Administração deliberou a redução de 25% da remuneração individual de todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, provisoriamente. Por este mesmo motivo, as Conselheiras Chao En Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann renunciaram ao recebimento de remuneração.

O valor integral das remunerações foi retomado no mês de janeiro de 2025.